

OUT | NOV | DEZ DE 2018



COMUNICAÇÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

LINHA DIRETA Nº 34



Liberdade de ser

Fiocruz lança campanha de respeito à diversidade ► **Pag. 6**



“A Fiocruz é um legado para o Brasil que foca em algo muito caro ao coração da UNFPA: melhorar a vida dos jovens, para que eles possam prosperar e seguir em frente com máxima igualdade.”

► **Pag. 11**

Natalia Kanem,
diretora-executiva do Fundo
de População das Nações Unidas
(UNFPA) e Subsecretária-Geral
da ONU, em visita à Fiocruz



Por uma alimentação segura no trabalho

Por Glauber Tiburtino ◀

Cogepe e Escola Politécnica criam curso para manipuladores de alimentos na Fiocruz

Os trabalhadores de restaurantes e lanchonetes do *Campus Manguinhos* ganharam, em 2018, uma nova oportunidade de capacitação: o curso de atualização em boas práticas de manipulação de alimentos. Enquanto se qualificam profissionalmente, *chefs*, cozinheiros e ajudantes de cozinha aprimoram suas técnicas e práticas de trabalho e, por consequência, elevam a qualidade dos preparos alimentares que são consumidos na sede da instituição.

Nas duas edições realizadas este ano, foram qualificados 45 trabalhadores. O curso é coordenado pelas equipes de Nutrição do Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust/CST/Cogepe), da Vice-Direção de Ensino e Informação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e do Laboratório de Educação em Vigilância em Saúde da Escola (Lavsa/EPSJV).

A nutricionista Wanessa Natividade é uma das responsáveis pela iniciativa. “O objetivo é valorizar a oferta de alimentos seguros para os trabalhadores da instituição, buscando-se evitar a ocorrência de doenças veiculadas por meio de alimentos, promovendo ambientes saudáveis e seguros, além da saúde do trabalhador, tanto o que consome as refeições quanto aquele que as preparam”, explica.

Vigilância Sanitária

A proposta do curso surgiu a partir da elaboração do projeto *Avaliação das condições higiênico-sanitárias dos restaurantes e lanchonetes da Fiocruz*, vinculado ao Fiocruz Saudável. O curso-piloto ocorreu logo no início do ano, em janeiro, com a oferta de 15 vagas exclusivas para profissionais da Fiocruz. Participaram profissionais do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI); Instituto Oswaldo (Cantina Tia Penha); Casa Oswaldo Cruz (Lanchonete do Trenzinho); Presidência (Restaurante Arthur Brandão/Asfoc); e Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca.

O papel estratégico desempenhado pela Fiocruz foi enfatizado pela nutricionista da EPSJV, Taisa de Carvalho. “O último relatório nacional de Vigilância Sanitária, que abrange o período de 2007 a 2017, aponta um grande número de adoecimentos por alimentos no Brasil. E nós, que fazemos parte do SUS, devemos fortalecer essas ações para que a gente tenha trabalhadores comprometidos com a saúde pública, ofertando alimentos seguros”.

Realizado entre 12 de setem-

bro e 14 de novembro, o segundo curso ampliou para 30 a oferta de vagas, contemplando trabalhadores de fora da Fundação. “Há uma carência desse tipo de capacitação no município Rio de Janeiro. Realizamos a estruturação desta capacitação seguindo as premissas da legislação sanitária, conforme a RDC 216/2014, Portaria Normativa nº 7/2016 e Saúde do Trabalhador, na perspectiva da Vigilância em Saúde”, explica Natividade.

Teoria e prática

Aluno da segunda edição, Dhiago Seixas, da lanchonete da Asfoc-SN, destacou o alinhamento entre ensino teórico e prática e o elevado nível do curso. “Foi uma experiência bastante agregadora. É importante saber o porquê das boas práticas de manipulação e a razão pela qual devemos adotar a prevenção com relação à higienização dos alimentos e mesmo a questão do autocuidado no preparo das refeições, para cuidar de nós e dos consumidores. Essa oportunidade é sem dúvida um diferencial para nós”.

Nos dez encontros, o conteúdo englobou desde legislação sa-

nitária, cuidado no manuseio dos alimentos, noções de microbiologia e doenças causadas por águas, alimentos e produtos de origem animal, até temas ligados à saúde dos próprios trabalhadores que preparam os alimentos e daqueles que os consomem. “Acho importante a valorização de diferentes profissionais de saúde para tratar a questão do alimento, trazendo esse viés com a saúde pública, pensando principalmente que muitas doenças são causadas por alimentos que podem ter alguma contaminação em seu tipo de preparo”, ressalta um dos coordenadores da iniciativa, o trabalhador do Lavsa/EPSJV, Lásaro Linhares.

A expectativa é realizar a terceira edição do curso no segundo semestre de 2019 e ampliar a iniciativa para outros *campi* e unidades além de Manguinhos. A quarta coordenadora do curso, Marileide do Nascimento, do Lavsa/EPSJV, acredita na possibilidade de expansão futura do curso para o formato de especialização. “Temos uma demanda reprimida e temos que pensar que público é esse e o que podemos ofertar a eles”, vislumbra.



Na saúde e na doença

Servidores afastados para tratamento recebem acompanhamento multiprofissional

► Por Glauber Tiburtino

Conforme dados divulgados pelo anuário estatístico de saúde do trabalhador, em 2017 foram concedidas 2.177 licenças por motivo de saúde a 978 servidores da Fiocruz. A distribuição das licenças ficou em 83% para tratamento da própria saúde; 15% por motivo de doença em pessoa da família; e 2% por acidente em serviço ou doença profissional. O período longe das atividades de trabalho e mesmo o retorno podem gerar incertezas e dificuldades. Pensando nisso, a Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST) vem desenvolvendo atividades junto a esses servidores, como a Avaliação Funcional em Saúde.

A Avaliação consiste em um processo de acompanhamento de servidores que apresentem adoecimento ou outros motivos de saúde que impactem sua capacidade laborativa, visando tanto à recuperação quanto à valorização de sua atuação profissional. A iniciativa compete ao Núcleo de Perícia e Avaliação Funcional em Saúde da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Nupafs/CST/Cogepe) e foi implementado em 2013. Em 2016, a CST ampliou a multidisciplinaridade de sua atuação e incluiu, além de médico perito e assistente social, médicos do trabalho, psicólogos e outros profissionais, conforme necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas pelo Nupafs/CST também se alinham à perspectiva de Vigilância em Saúde do Trabalhador, entendendo que o adoecimento de um indivíduo pode sinalizar necessidades de melhoria dos ambientes e processos de trabalho. Ou seja, o atendimento de um servidor pode

disparar ações de vigilância que considerem não somente o servidor em acompanhamento, mas também o seu coletivo de trabalho.

O processo de avaliação parte da compreensão de que, ainda que apresentem o mesmo agravo, os trabalhadores têm diferentes necessidades para a recuperação da saúde, a depender de suas características singulares e dos processos de trabalho nos quais atuam. Mesmo servidores que não tenham sido afastados podem ter sua situação de saúde acompanhada pelo Nust.

Quem explica essa relação é a coordenadora da CST/Cogepe, Sônia Gertner. “Alguns servidores permanecerão em terapias, outros precisarão de restrições temporá-

rias de atividades ou, até mesmo, de mudança de setor em casos mais graves. O mesmo pode acontecer com servidores que, não chegando a se afastar do trabalho, desenvolvam algum agravo à saúde que reduza sua capacidade de realizar determinadas atividades”, explica a servidora Luciana Cavanellas, assessora da Coordenação.

Rodas de Conversa

A CST vem realizando Rodas de Conversa com servidores em licença para tratamento da própria saúde ou que estejam retornando ao trabalho, após o término da licença. Esta ação pretende criar um espaço de acolhimento, suporte e

de apoio mútuo para esses servidores. Os encontros proporcionam a troca de experiências e reflexões, por exemplo, sobre o lugar do trabalho e do afastamento na vida de cada um e sobre os aspectos do trabalho que podem produzir adoecimento ou saúde.

O calendário dos encontros, que acontecem duas vezes por mês, é divulgado pela Intranet e enviado por *e-mail* aos trabalhadores licenciados. “A ideia é que essa ação se fortaleça e se mantenha permanentemente, de modo que os servidores possam chegar a este espaço espontaneamente”, explica a articuladora das Rodas de Conversa, Cecília Barbosa. No primeiro ano da estratégia, em 2017, foram realizados nove encontros, dos quais participaram 15 trabalhadores. Em 2018, os encontros aconteceram em agosto, mas a adesão ainda tem sido pequena. “Um fator que dificulta a participação é a própria condição de saúde”, relata Cecília.

Para Sônia, um aspecto relevante da iniciativa é o senso de pertencimento e a percepção de que o sofrimento, que era vivido individualmente, pode ser comum a outros colegas. “A iniciativa possibilita ao trabalhador perceber que não está só em momentos de dificuldades e favorece que ele seja melhor orientado e acompanhado mais de perto durante o período de afastamento. Isto é muito importante não só para a saúde mental dos servidores, mas, também, para que consigam retornar bem ao trabalho e, se for o caso, construir novos caminhos em relação a ele”, conclui a coordenadora de Saúde do Trabalhador da Fiocruz.





Foto: Gabriella Ponte

Zé Gotinha, o super-herói

► Por Gabriella Ponte

Menino de 8 anos realiza sonho de conhecer personagem, que batizou de Gota *Man*

Inspirado por uma aula na escola sobre vacinação, Cauã da Silva Assunção, de 8 anos, voltou para casa muito animado. Em sua mente, vinha a imagem do super-herói “Gota *Man*” - o famoso personagem Zé Gotinha, que ganhou superpoderes de imunização e uma capa. Gota *Man* nasceu no Planeta Gota e veio para a Terra com o objetivo de salvar os humanos das doenças. Cauã colocou sua ideia no papel, desenhou a nova versão do personagem e disse à sua mãe que queria entregar a carta para seu ídolo.

Atendendo ao pedido do filho, Anna Beatriz Meirelles entrou em contato com a Assessoria de Comunicação de Bio-Manguinhos, que promoveu o encontro entre os dois no Castelo da Fiocruz. Os olhos atentos de Cauã, emocionado, brilhavam ao ver seu ídolo. Assim como os olhos de Jennifer

Kelly Marques de Oliveira, da Seção de Vacina Liofilizada (SE-VLI), que veste a roupa do Zé Gotinha há oito anos. Ao saber do pedido especial da criança, Jennifer ficou honrada em atendê-lo.

O personagem, criado na década de 1980 por Darlan Rosa, continua no imaginário das crianças. Para quem dá vida ao Zé Gotinha e atua diretamente na produção da vacina, esta experiência é sem igual. “É um grande orgulho. Sinto o carinho das pessoas em geral, de todas as idades, que não só o tratam com amor, mas também respeito pelo que ele representa”, afirma Jennifer.

Cauã visitou o Castelo, acompanhou a explicação da história de Oswaldo Cruz, das vacinas e do próprio Zé Gotinha atentamente e era só sorrisos. Repetia que tudo era “muito legal” e mostrou todos os seus desenhos do Gota *Man* para seu ídolo.

Comissão Itinerante encerra etapa de visitas

Por Alex Bicca ◀

A Comissão Própria de Avaliação da Fiocruz (CPA Fiocruz), por meio do projeto CPA Itinerante, visitou nove unidades da Fundação no Rio de Janeiro, que oferecem cursos de especialização. Os encontros ocorreram entre novembro de 2017 e junho de 2018 e tiveram o objetivo de sensibilizar equipes vinculadas à área de ensino sobre o processo de autoavaliação institucional (condição do credenciamento do Ministério da Educação) e revisar eixos e indicadores do instrumento para a avaliação institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz.

A CPA foi criada como uma das exigências para o credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo, em março de 2017. O credenciamento, válido pelo prazo de oito anos, garante a legitimidade de todos os certificados de cursos emitidos pela instituição. A Comissão é composta por 12 integrantes de instituições externas vinculadas à educação em saúde; gestão do ensino na Fiocruz; docentes; técnicos administrativos; alunos e/ou egressos dos cursos; sociedade civil organizada. O contato pode ser feito por meio do telefone (21) 3882-9284 e do e-mail comissaocpa@fiocruz.br.



Memória institucional preservada

Investimentos garantem a guarda de três mil peças

► Por Cristiane Albuquerque

A Reserva Técnica Museológica do Museu da Vida da Casa de Oswaldo Cruz (COC), espaço responsável pela guarda do acervo museológico da Fiocruz, recebeu investimentos de peso: um moderno mobiliário para abrigar as quase três mil peças museológicas que representam o patrimônio da ciência e da saúde brasileira. Entre os objetos da Coleção estão o microscópio, jaleco e a caneta tinteiro do cientista Oswaldo Cruz; as primeiras ampolas da vacina contra a febre amarela; e um esterilizador que data do início do século 20.

Atendendo às orientações de conservação para o melhor acondicionamento do acervo, foram adquiridos nove conjuntos de armários fixos e deslizantes, além de estrados de madeira, paleteira e uma mapoteca. Os investimentos são resultado do Projeto Preservo: Complexo de Acervos da Fiocruz, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e destinado à preservação, organização e modernização de parte do extenso patrimônio científico e cultural da Fundação. Somados, os recursos investidos na Reserva Técnica pelo Preservo ultrapassam R\$ 250 mil.

“O acervo é uma parte da memória institucional e conta a história da saúde pública no Brasil, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da medicina e de suas disciplinas, de uma maneira diferente, a partir de equipamentos de laboratório, objetos pessoais de grandes cientistas, materiais utilizados na produção de medicamentos e vacinas, além de instrumentos médicos, mobiliário, desde meados do século 20 até os dias atuais”, ressalta a chefe do Serviço de Museologia, Juliana Albuquerque.

O coordenador-geral do projeto e o vice-diretor de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC, Marcos José de Araújo Pinheiro, comple-

ta. “As ações de identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração do acervo museológico constituído pela Fiocruz ao longo de sua trajetória, realizadas pelo Serviço de Museologia, assumem um papel relevante para esta instituição que valoriza sua memória”, afirma.

Registro em imagens

Devido à importância e à representatividade das peças, a preservação do acervo exige cuidados especiais. Juliana Albuquerque explica que as peças históricas não podem ficar expostas a fatores que podem causar degradação. “Este novo mobiliário é de grande relevância para a proteção dos itens e para a otimização do espaço, pois garante melhores possibilidades de guarda, mais seguras e adequadas”, destaca.

As contribuições do Preservo à Reserva Técnica vão além: a Coleção foi contemplada com equipamentos fotográficos. “A fotografia faz parte da rotina de tratamento técnico dos acervos museológicos, uma vez que o registro de imagens permite a catalogação, pesquisa e a difusão dos objetos, além de garantir o acesso remoto à peça preservada, por meio de banco de dados *on-line*, por exemplo”, explica o historiador Pedro Paulo Soares, do Serviço de Museologia. O registro permite gerenciar o acervo e acompanhar o grau de evolução de danos nas peças.

As fotografias são fundamentais não só para gerir, mas também para divulgar a Coleção. “Com uma boa imagem é possível dar mais visibilidade ao nosso acervo, a partir da produção de diversos produtos de divulgação científica, como o Objeto em Foco, disponível no *site* do Museu da Vida, em que contamos as curiosidades sobre a história de uma peça por exemplo”, afirma a chefe do Serviço de Museologia.

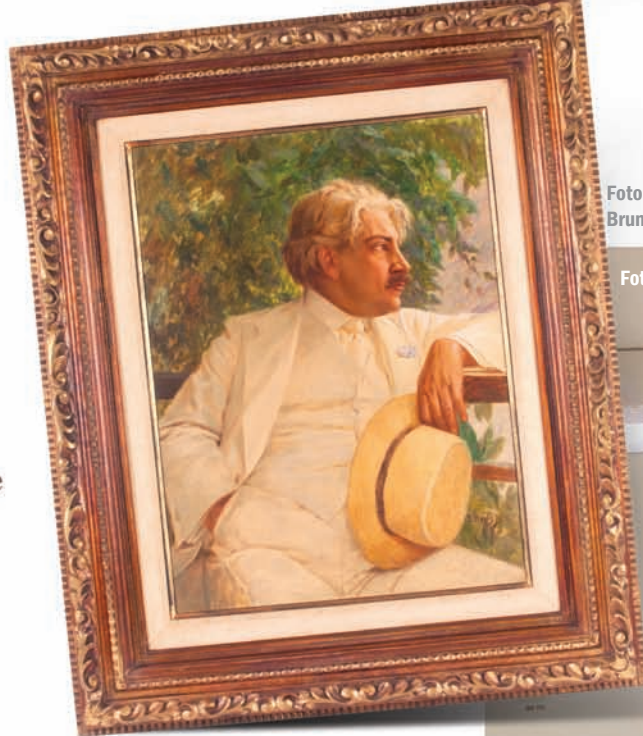


Foto: Bruno Veiga

Foto: Juliana Albuquerque

Infraestrutura e segurança

Por meio de aporte financeiro da Fundação, a Reserva Técnica foi beneficiada, ainda, com ganhos na infraestrutura - com as obras de reforma e ampliação do espaço - e na segurança das instalações. Foram feitos reparos estruturais em um dos prédios que compõe o espaço, como reforço no telhado e dedetização preventiva nos espaços da reserva técnica para o controle de pragas. Na pinacoteca, foi instalado um moderno sistema de detecção de incêndio que utiliza o gás FM200, capaz de extinguir o fogo sem causar nenhum dano à obra.

Para Juliana Albuquerque, esses investimentos refletem a preocupação da Fiocruz e a mudança de comportamento nas áreas de museologia, conservação e patrimônio, com o objetivo de desenvolver metodologias, políticas e procedimentos para a proteção de caráter preventivo do patrimônio histórico. O vice-diretor de Patrimônio Cultural ressalta a soma das ações. “Tem sido feita uma série de investimentos institucionais em pesquisa e na organização desses acervos, no desenvolvimento e na publicação da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, além de ações de preservação pautadas na conservação preventiva e na gestão de riscos”, ressalta, Marcos José.



Foto: Bruno Veiga

Direito de pertencer

Fiocruz lança campanha pelo reconhecimento das diferenças

Biancka Fernandes (INI), uma das protagonistas de campanha Fiocruz é Diversidade.

► Por Erika Farias

O ano é 2018. O ser humano já viajou ao espaço, já pode se comunicar com qualquer lugar do mundo em tempo real, fabrica robôs, produz vacinas, desvendou o genoma humano, erradicou doenças. Fez o inimaginável, aprendeu o incompreensível. O ano é 2018. O homem voou alto, mas ainda precisa pôr em prática um dos mais básicos princípios da humanidade: o respeito à diversidade.

A ideia de igualdade universal é muito recente: a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948. Para reforçar esse conceito, a Fiocruz, por meio do comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fundação, inicia, em dezembro de 2018, a campanha *Fiocruz é Diversidade*. A proposta é alertar sobre a importância de se reconhecer e respeitar a diversidade, seja ela de gênero, raça ou religião, e promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência.

A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, lembra que tais valores fazem parte da Tese 11, aprovada no último Congresso Interno da Fundação. “A Fiocruz reforça seu compromisso institucional com a defesa da inclusão dos grupos mais vulneráveis socialmente, a redução das desigualdades, o respeito à diversidade e contra a violência”, afirma.

Para Andréa da Luz, coordenadora-geral de Gestão de Pessoas da

Fundação e uma das coordenadoras do Comitê Pró-Equidade, é um momento de combate a qualquer forma de preconceito. “Estas ações serão constantes, porque temos lidado com denúncias internas e temos um compromisso de reforçar cada vez mais nossos valores institucionais, mostrando que a Fiocruz não só é intolerante a qualquer forma de violência e preconceito, mas está organizada para acolher e tratar as reclamações”, explica.

Cores do Brasil

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos. Apesar de serem maioria, negros vivem uma realidade distinta, resultado de três séculos de escravidão, seguidos pela falta de políticas públicas pós-abolição que os inserissem na sociedade e no mercado de trabalho. Um cenário que serviu de base para o racismo estrutural existente no Brasil.

O preconceito enraizado na cultura do brasileiro não é sutil. “Lembro que eu era pequena, estava andando na rua com a minha mãe e passei perto de uma senhora branca. Ela imediatamente abraçou a própria bolsa e ficou protegendo-a, me olhando. Apesar de ser criança, entendi ali o que tinha acontecido e fiquei me perguntando ‘o que ela acha que eu poderia ter feito contra ela?’”, relata Mychelle Alves, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN).

Perspectiva sócio-histórica

“As pessoas pensam que essas discussões são novas, mas na verdade existem desde sempre”, explica Roseli Rocha, assistente social do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e outra coordenadora do Comitê. “Este mito de democracia racial fez com que a desigualdade não fosse discutida e que o racismo não fosse tratado como um problema de injustiça social”, afirma. “Sabemos que não existe ‘diferença de raças’, no sentido biológico da palavra. Mas não podemos ignorar essa definição, porque o racismo deriva dela. Se não falarmos de raça, ignoramos a existência do racismo”, completa.

Sem acesso à terra, sem qual-

quer tipo de indenização pelos trabalhos forçados e geralmente analfabeta, a “população negra livre” do Brasil pós Lei Áurea, em 1888, precisou sobreviver com subempregos por décadas. A primeira escola pública no Brasil surgiu apenas na década de 1930. Apesar dos avanços, somente 12,8% dos estudantes de ensino superior são negros.

Recentemente, a Fiocruz fez os primeiros concursos públicos com cotas para negros. “As cotas são uma reparação. Não acho que elas devem existir para sempre, mas o ciclo básico do ensino público precisa ter qualidade, para que haja igualdade de oportunidades”, afirma a vice-presidente da Asfoc. Mychelle entrou para o serviço público na Fiocruz em vaga de ampla concorrência, mas chegou a ouvir de um colega: ‘ainda bem que você não entrou por cota’. “Há muito preconceito ainda, mesmo aqui dentro”, complementa.

Violência

Dados do Atlas da Violência 2018 mostram que 71,5% dos brasileiros assassinados em 2016 eram pretos ou pardos. As maiores taxas de homicídios de negros estão em Sergipe (79 por 100 mil habitantes) e no Rio Grande do Norte (70,5 habitantes por 100 mil). Entre 2006 e 2016, enquanto a taxa de homicídios de negros aumentou 23,1%, a de não negros diminuiu 6,8%. Outro ponto crucial se refere ao feminicídio - assassinato de mulheres por sua condição de gênero. Os números também são alarmantes entre a população preta. As estatísticas são do Mapa da Violência 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais: entre 2003 e 2013, o percentual de mulheres negras assassinadas cresceu 54%. Já o de mulheres brancas, caiu 10% no mesmo período.

O medo tem razão de ser e é também uma das principais preocupações de familiares de jovens negros, como conta Mychelle. “Meu afilhado estava indo para a minha casa, mas esqueceu a identidade. No meio do caminho percebeu e voltou em casa para buscar. Quando chegou, me explicou com naturalidade ‘Sabe como é,



Você me pergunta como era minha vida quando eu era um menino. Mas nunca fui um menino. Sempre fui uma menina, que os outros trataram por um tempo como menino. Por dentro, sempre tive certeza de quem eu era. ”

Biancka Fernandes

né, tia? Jovem preto não pode ficar sem documento, senão os policiais já acham que é bandido”.

E quanto mais características fenotípicas de uma pessoa negra, ou seja, mais características físicas, menos oportunidades a pessoa tem de exercer sua cidadania e acessar espaços de poder. “Dia desses fui visitar uma amiga, branca, e na hora de ir embora, ela me levou até o táxi. No meio do caminho o motorista perguntou se eu pagaria no cartão de crédito da minha patroa. Fiquei sem fala. Decidi que foi a última vez que perdi a voz por racismo. Não vão mais me calar”, declara.

De braços abertos, mas nem tanto

O Brasil é o país que mais mata Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) no mundo. A cada 19 horas, uma pessoa é vítima de homofobia. E vale lembrar: a Constituição de 1988 não garante direitos aos homossexuais. “Ainda há uma confusão das pessoas quando dizem ‘ah, mas também morrem heterossexuais’. Sim, mas eles não morrem por isso. Os LGBTs estão morrendo por serem quem são, pelo ódio e pela intolerância dos outros”, afirma R.V., de 33 anos, trabalhador de Fiocruz que preferiu não se identificar.

Sobre os Comitês Pró-Equidade e de Acessibilidade

O Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, foi criado em maio de 2009. O seu objetivo é consolidar uma agenda institucional pelo fortalecimento dos temas de raça e gênero na instituição, colaborando para a reorientação de suas políticas, bem como de suas ações, seja nas relações de trabalho, seja no atendimento ao público e na produção de conhecimento. Coordenação colegiada: Hilda Gomes (Casa de Oswaldo Cruz), Roseli Rocha (IFF) e Andréa da Luz (Cogepe). Contato: (21) 3836-2044.

O Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência foi criado em 2017 e nasceu da iniciativa de profissionais da Fiocruz em identificar pessoas que trabalhavam com o tema na Fundação. Do levantamento inicial e do apoio institucional foi proposto um Termo de Referência, que daria origem à institucionalização do Comitê. Atualmente, o grupo é constituído por integrantes estabelecidos pela Portaria de criação e por um Grupo de Trabalho Ampliado, com profissionais de diferentes áreas da Fiocruz, a fim de garantir uma gestão horizontal e participativa. Contato: acessibilidade@fiocruz.br



Michelle Alves, doutora em Química, faz palestras para inspirar jovens com a sua trajetória



O preconceito não é de hoje. Ao longo da história, já contou com “embasamento científico”. A homossexualidade foi considerada patologia até a década de 1970, e doença mental – listada internacionalmente até 1990. Já a transexualidade foi considerada doença mental até junho deste ano, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) reverteu o conceito. Esta concepção inadequada, somada ao desconhecimento, tem o preconceito como consequência. E, como já se sabe, o preconceito é o berço da intolerância.

Apesar de não haver uma estatística oficial dos números da violência motivados por LGBTfobia, causando uma subnotificação destes casos, um relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) mostra que nos anos 2000 foram notificados 130 homicídios deste tipo. Já em 2017, o Brasil registrou 445 homicídios. “Eu e meu namorado não fazemos demonstrações públicas de amor. Temos medo de como vão reagir e muito medo da violência”, conta Flavio Marques, líder de setor no Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB).

O termo orientação sexual é utilizado justamente por não ser uma opção do indivíduo. “O LGBT nasceu assim e, apesar disso, todos os dias precisa passar por situações constrangedoras de preconceito – seja num olhar para um casal homoafetivo, que às vezes dói mais do que palavras, seja nas piadinhas pejorativas no trabalho ou nos comentários da família, que teoricamente são aqueles que mais deveriam nos aceitar”, relata R.V. Flavio Marques teve experiência diferente. “Minha mãe não aceitou desde o começo. Ela faleceu há dois anos, sem aceitar. Mas tenho uma filha, de 24 anos, que não só aceitou super bem, como me dá o maior apoio. Inclusive, o namorado dela me chama de sogrão”, conta.

A educação sexual é apontada por especialistas como uma das principais formas de diminuir os crimes de ódio. Ensinar crianças e adolescentes a reconhecer e respeitar a diversidade reduz a prática de *bullying* e resulta, a longo prazo, em adultos conscientes e empáticos às diferenças. “Eu gostaria que as pessoas percebessem que somos normais. Nosso caráter não muda por

sermos gays ou lésbicas”, alerta Flavio. “A gente não precisa que aceitem ou entendam nossa orientação sexual. A gente precisa de respeito”, finaliza R.V.

Transfobia

Quanto aos transexuais e travestis (pessoas que se identificam com a identidade de gênero diferente de seu sexo de nascença), os números da violência são ainda maiores. Dados do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), mostram que, só em 2017, foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. A violência contra essa população é tão grande que, enquanto a média de vida do brasileiro é de 75,5 anos, segundo dados do IBGE, entre os transgêneros cai para 35 anos.

A assistente de Pesquisa Clínica em HIV/Aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) Laylla Monteiro conta que sofreu preconceito a vida inteira. “Quando era criança, apanhava dos meus irmãos que diziam que eu era ‘gayzi-



Denúncias na Fiocruz

Para denunciar casos de preconceito na Fiocruz, é necessário se dirigir aos canais existentes que recebem denúncias: Ouvidoria (21 3885-1762); serviços de Gestão de Pessoas das unidades, Asfoc e Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe). Estes espaços acolhem os casos e dão tratamentos diferenciados a cada denúncia apresentada, que será então analisada pelo Comitê de Ética e/ou Corregedoria.

nho'. Me identifiquei como trans aos 17 anos e saí de casa", conta. Já Cléo Oliveira, assistente de pesquisa clínica do mesmo projeto, diz que aos 7 anos já verbalizava o desejo de se vestir de acordo com o que sentia: como uma menina. "A identidade de gênero é muito desatrelada da sexualidade. Eu me identifiquei com o gênero feminino desde criança, mas o interesse por meninos veio só na adolescência. E minha família, como tantas outras, não aceitou nada daquilo", conta.

Mesmo na Fiocruz, uma instituição de referência em saúde, ciência e ensino, defensora dos direitos humanos e que desenvolve atividades com esse público por meio do INI, diversos casos de transfobia são relatados. "Logo que vim trabalhar aqui, há uns quatro anos, um funcionário me viu ao lado de outra travesti e comentou rindo: 'abriram a porta do circo?'. Fiquei furiosa e cheguei a correr atrás dele. É inadmissível que exista este tipo de conduta dentro da Fundação", queixa-se Laylla. Para Cléo, o pior preconceito é aquele velado. "Para os xingamentos, eu já saio preparada todos os dias. Mas dia desses estava almoçando aqui na instituição e percebi que as pessoas de uma mesa próxima me olhavam, comentavam e riam. Só com o olhar elas deixavam claro que não me viam pertencendo a esse lugar", afirma.

O preconceito logo resvala no mercado de trabalho: as oportunidades de emprego para trans são quase inexistentes. Segundo a Antra, 90% da população trans acaba na prostituição. "Eu estava no último período de pedagogia, na Uerj. Na época, desempregada, fiz uma prova de nível de quarta série para uma rede de supermercados. Tinha certeza que tinha passado, e estava precisando muito de emprego. Eu não queria me prostituir. A responsável disse que não passei na prova. Gelei e pedi para que ela me mostrasse o que eu havia errado. Ela, claro, não quis mostrar", conta Laylla. "Aquele foi o momento que o preconceito mais me doeu. Era para varrer chão, e eu continuei desempregada porque sou travesti", afirma.

Desde 2011, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída pelo Ministério da Saúde, garante às mulheres transexuais, às travestis e aos homens trans o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), o que passa pelo respeito ao nome social e pelo enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Na prática, este acesso ainda é um obstáculo. "Não há treinamento. Existem políticas de saúde, mas as informações não chegam na ponta, nas recepcionistas, no administrativo", conta Cléo.

Outro entrave para a redução do número de casos de violência é a fal-

ta de punição severa à homofobia. "Eu tenho sempre muito cuidado, passo 24 horas atenta ao meu redor, com medo. É uma sociedade injusta em que a pessoa trans acaba 'refém' da benevolência dos outros", reflete a assistente social. "Somos comuns, como qualquer outra pessoa, e queremos as mesmas oportunidades de emprego, queremos dignidade. Não queremos mais ser empurrados para as margens da sociedade. É preciso entender que seu espaço termina onde começa o meu", diz Layla. Cléo completa: "Eu exijo respeito porque eu existo, porque não posso desistir de mim mesma".

Inclusão é respeito

Ao longo da história, diversos países, civilizações medievais e até povos indígenas taxaram a deficiência física ou mental como um problema, inabilitando as pessoas com deficiência por meio de atitudes discriminantes e ações impiedosas. A visão mudou, hoje há muitos projetos que buscam a inclusão dos deficientes na sociedade, mas ainda existem barreiras que tornam esse acesso lento e complicado, como o preconceito.

"Quando entrei na Fiocruz, sentia algumas diferenças. Muitas pessoas me chamavam de 'mudinho', tentavam 'oralizar' as palavras, mas eu não entendia. Quando as pessoas perceberam que eu era surdo, percebi um afastamento. Não me senti mal, apenas fui procurar outras pes-

▼
"Respeito também é entender que, quando eu estou falando com um intérprete, você não deve interromper, porque eu sou visual. É preciso entender que dentro da comunidade surda, dentro da Libras, dentro da acessibilidade, o respeito também é fundamental."

Ronaldo Marra (Cogic)

▼
"É difícil mulheres negras com alto grau de escolaridade conseguirem se relacionar com homens negros no mesmo patamar de ensino. Geralmente, os homens negros com alta escolaridade preferem se relacionar com brancas, por uma questão cultural mesmo."

Mychelle Alves (Asfoc)

▼
"Neguei o quanto pude minha sexualidade. Eu não achava que minha atração por homens era alguma questão mal resolvida. Fiquei anos casado com uma mulher, tive uma filha. Só uma década depois aceitei quem eu era."

Flavio Marques (ICTB)

▼
"Você me pergunta como era minha vida quando eu era um menino. Mas nunca fui um menino. Sempre fui uma menina, que os outros trataram por um tempo como menino. Por dentro, sempre tive certeza de quem eu era."

Biancka Fernandes (INI)



Cléo Oliveira dá informações de saúde na sala de Educação Comunitária do Laboratório de Pesquisa Clínica em DST/Aids (LaPCLin-Aids/INI).

soas surdas para que eu pudesse socializar”, conta Ronaldo Marra, da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos *Campi* (Cogic).

Desde 2016, vigora o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146), que tem como objetivo assegurar direitos e punir atitudes discriminatórias. Apesar de estar em vigor, é necessário batalhar para que esse amparo legal seja respeitado. Para buscar reverter esse quadro, a Fiocruz conta com o Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, criado em 2017. “O comitê se organiza em minigrupos temáticos, com ações voltadas para a informação e comunicação, educação e pesquisa, infraestrutura e patrimônio, além da necessária articulação política”, explica Ana Paula Medeiros, coordenadora de Gestão do Plano Diretor da Cogic e integrante do Comitê de Acessibilidade. “Sua principal atuação, em pouco mais de um ano de existência talvez seja a elaboração e proposta de uma Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiências da Fundação, que desejamos que possa se tornar referência para o planejamento de ações institucionais”, continua.

Um projeto que chama a atenção por incluir pessoas com deficiência na Fundação é o *Empregabili-*

dade Social da Pessoa Surda, promovido pela Cooperação Social da Fiocruz. O projeto conta com 110 pessoas surdas no *Campus* Mangueiras. Uma curiosidade é que, apesar da deficiência, os surdos criaram uma identidade coletiva própria. “Por eles se apropriarem da língua de sinais, de toda uma cultura, eles não se veem como pessoas com deficiência auditiva e sim, apenas como surdos. Eles categorizam como deficiência auditiva quem ouve um pouco, utiliza aparelhos auditivos”, explicam Flávia Mazzo, assistente social do Centro de Vida Independente (CVI), e Walkíria Pontes, psicóloga do Centro.

Diferentemente do que muitos pensam, surdos têm o português como segunda língua; a primeira é a Libras (Língua Brasileira de Sinais). “Não entendemos com facilidade legendas, porque muitos surdos não sabem o português. A questão da comunicação é muito falha”, explica Ronaldo, que aponta ainda a inclusão como uma forma de crescimento de ambas as partes. “Se as pessoas aprendessem Libras aqui acredito que teria uma evolução, um setor influenciando o outro para quebrar essa barreira linguística”, afirma.

Desde 2006, a Fiocruz também cumpre com a obrigatoriedade das cotas para pessoas com deficiência

em seus concursos. “No concurso de 2010, 26 vagas foram preenchidas dentro da cota de pessoas com deficiência; em 2014 foram cinco e, em 2016, apenas uma. Esses números têm relação, evidentemente, com o total de vagas abertas em cada concurso”, explica Ana Paula.

“É preciso entender que a deficiência está às vezes muito menos no indivíduo, na pessoa, e muito mais no ambiente. Aliás, esse é o conceito com o qual trabalhamos atualmente, o de ambientes deficientes”, continua Ana. “Às vezes eu sinto falta de perceber que o outro nos vê como iguais, não existe diferença entre nós. Falta esse respeito de entender”, afirma Ronaldo.

Mudanças

O ano é 2018. Mudar uma sociedade não é fácil, tampouco impossível. Formada por pessoas, instituições e suas relações, uma sociedade só muda quando olha para as próprias concepções e desconstrói os preconceitos. Quando reconhece a diversidade – e, por que não, se orgulha do que a torna única. “Eu sei que não verei o fim dessa luta. Mas continuo aqui, fazendo o melhor para que, no futuro, outras pessoas possam encontrar um país menos intolerante às diferenças”, conclui Cléo Oliveira.



“A época na escola foi um dos momentos mais aterrorizantes pra mim. Desisti no final do Ensino Fundamental, porque era muito sofrimento. Não havia apoio lá, muito menos em casa. Só muitos anos depois voltei a estudar e me formei como assistente social na PUC”

Cléo Oliveira (INI)



“Algumas pessoas sentem real ódio dos gays. Não consigo entender porque a sexualidade do outro incomoda tanto.”

R.V (Fiocruz)



Trabalhadores surdos e profissionais do CVI interpretam a mensagem “Respeitamos as pessoas com suas diversidades no mundo”. Acima, reunião do Comitê Pró-Equidade. À direita, cartaz com Hilda Gomes (COC), primeira profissional retratada na campanha Fiocruz é Diversidade.



Subsecretária-geral da ONU visita a Fiocruz e defende direitos humanos

A Fiocruz recebeu, em outubro, a visita da diretora-executiva do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e subsecretária-geral das Nações Unidas, Natalia Kanem. No encontro, Kanem reuniu-se com a presidente da Fundação, Nísia Trindade Lima, e com pesquisadores de áreas relacionadas ao tema de populações e desenvolvimento. “São tempos difíceis para o mundo e para a defesa de direitos, mas nós compartilhamos valores com a Fiocruz e um deles é justamente o de parcerias”, declarou a diretora-executiva.

Na ocasião, a presidente da Fiocruz destacou o envolvimento com as comunidades no entorno, lembrando que as novas formas de ativismo e engajamento são uma ‘inovação social’. “A Fiocruz foi pioneira ao tratar a violência como questão de saúde pública. O tema está na agenda da instituição desde 1980. Agora estamos também trabalhando com o conceito alargado de emergência para lidar com o problema”, afirmou.

Sobre Natalia Kanem

Quinta pessoa a assumir a Direção Executiva do Unfpa, Natalia é panamenha, formada em medicina pela Columbia University e possui mestrado em saúde pública pela Universidade de Washington. Ela também é graduada magna cum laude na Universidade de Harvard, em história e ciência.

Ao assumir o cargo como diretora-executiva do Fundo, em 2017, Kanem se comprometeu a buscar objetivos transformadores, como acabar com as mortes maternas evitáveis, acabar com gestações não intencionais por meio do atendimento à demanda por planejamento reprodutivo, bem como acabar com a violência de gênero e práticas nocivas, como o casamento infantil.

“Toda pessoa, sem nenhuma distinção em qualquer esfera, tem o direito de viver livre de violência, perseguição, discriminação e estigma de qualquer tipo. Direitos humanos são universais”, disse em comunicado Natalia Kanem ao site da ONU Brasil.

Realização da Campanha Fiocruz é Diversidade

Com base nas questões debatidas pelo Comitê Pró-Equidade, a Coordenação de Comunicação Social da Presidência da Fiocruz (CCS), que integra o Comitê, propôs e produziu uma campanha sobre respeito às diversidades. A proposta foi trazer à tona as histórias de preconceito vividas por trabalhadores da instituição, dentro e fora do local de trabalho. Foi revelar como a naturalização da intolerância, do não dito, afeta a autoestima e a rotina das pessoas que ao longo da história são desrespeitadas por serem quem são.

A campanha terá cartazes e vídeos divulgados a cada dois meses, todos protagonizados por trabalhadores da Fiocruz. A CCS e o Comitê agradecem imensamente a generosidade de cada um por compartilhar conosco suas histórias.

Acompanhe nas redes sociais da Fundação (Facebook e Instagram) e no YouTube da Fiocruz.



Utilize o QR Code para assistir aos vídeos da campanha



Foto: Peter Illiciev

Narrativas compartilhadas

PMA estimula práticas de comunicação entre pesquisadores e seus públicos

Por Kath Lousada ◀

Criado para fomentar, induzir e gerir redes de pesquisa aplicada na área de saúde pública, o Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção à Saúde (PMA), vinculado à Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB), tem como uma das metas tirar o pesquisador do lugar comum. Assim, o programa estimula o pesquisador a pensar em como desenvolver formas de se comunicar com o público-alvo sobre tudo aquilo que está sendo estudado, analisado e apreendido no processo de trabalho. Em outras palavras, em gerar conteúdo e informação, avançando um passo além da entrega de um artigo científico.

O objetivo é fazer com que os resultados das pesquisas sejam apropriados pelos diversos públicos e incorporados tanto às políticas públicas, quanto às realidades de práticas de saúde, contribuindo para a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). Se o foco do estudo é diabetes na gestação, por exemplo, as mulheres grávidas também deverão conhecer as descobertas em saúde que os pesquisadores fizeram. Atualmente, com 19 projetos distribuídos pelos níveis de atenção à saúde, a Rede integra pesquisas que vão desde a Estratégia de Saúde da Família até

o cuidado para o atendimento especializado de um determinado agravo em nível nacional.

“A equipe da Rede aprendeu, com o decorrer dos anos, que há mais chance de os resultados das pesquisas serem incorporados ao sistema ou programa de saúde se eles forem trabalhados de forma conjunta com os profissionais de saúde, gestores, associações e até mesmo com a sociedade civil organizada”, afirma a coordenadora adjunta do PMA, Roberta Goldstein. “Temos como meta que o PMA se torne uma instância na qual o pesquisador que queira trabalhar o processo de disseminação dos resultados da sua pesquisa nos procure, para que juntos possamos discutir formas e conteúdo para apresentação destes resultados em diversas instâncias governamentais e civis”, explica Roberta.

Experiências

Movida por este desafio da Rede PMA e pela chance de colocar em prática sua tese de doutorado, Santuzza Vitorino, pesquisadora visitante na Fiocruz, submeteu seu projeto ao edital da Rede

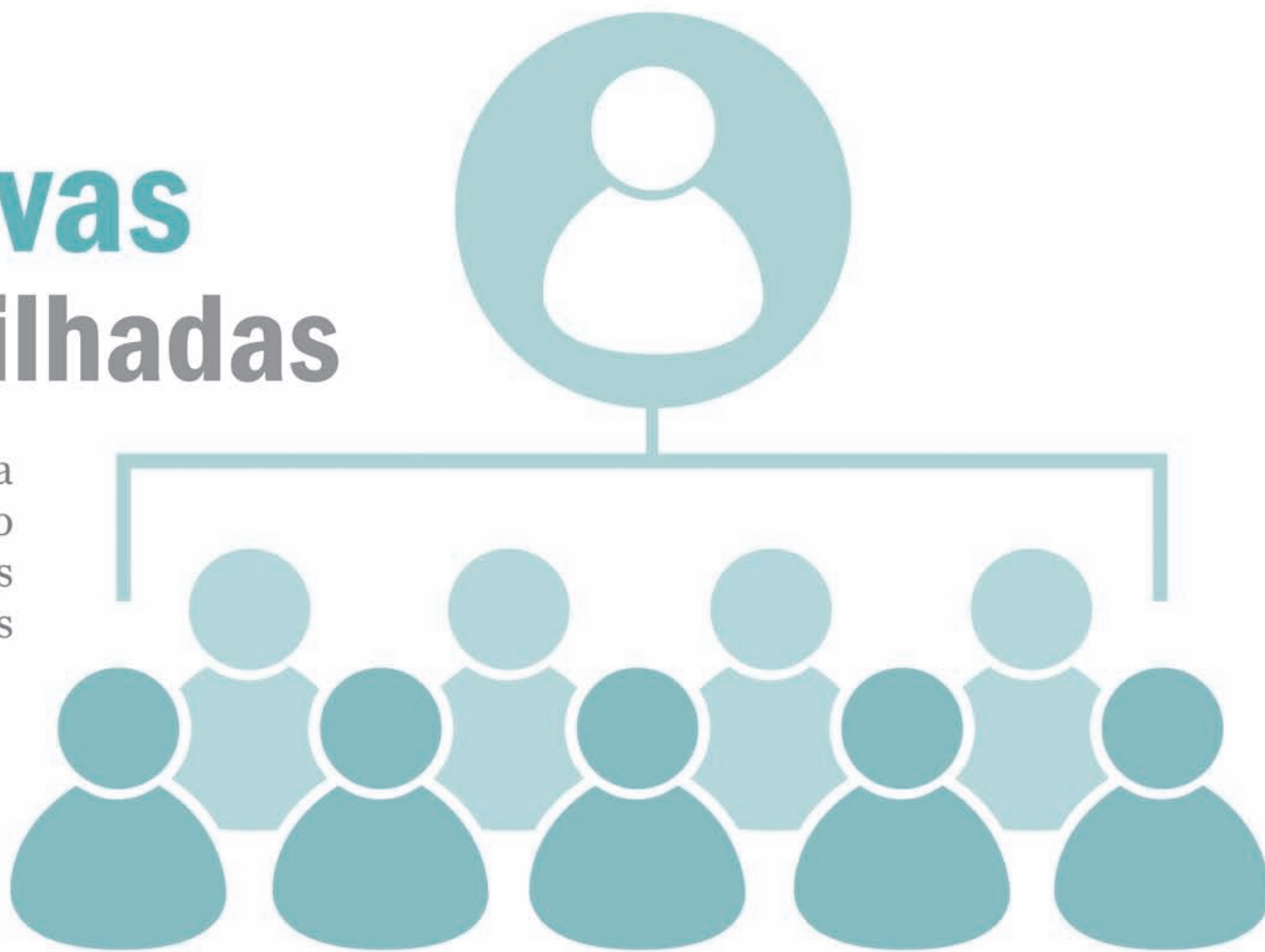
PMA em 2015. Para compartilhar os resultados de sua pesquisa com os vários públicos envolvidos, Santuzza promoveu oficinas de monitoramento e avaliação com as 28 unidades de referência técnica da Vigilância Alimentar e Nutricional da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, que representam os 853 municípios do estado.

A pesquisa, coordenada por Marly Marques Cruz, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), trata da avaliação da implantação Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde no Estado de Minas Gerais. “Nas oficinas, buscamos validar em conjunto um instrumento para trabalhar os dados monitorados, que é um modelo lógico operacional que descreve como a intervenção, no caso da vigilância nutricional e alimentar, deveria funcionar”, explica Santuzza.

Para a Vigilância Alimentar e Nutricional, o ideal é que seja feito o monitoramento nutricional (peso e altura) e do consumo alimentar em todas as fases da vida das pessoas. Assim seria possível

obter um panorama do perfil nutricional da população, identificando, por exemplo, em qual região há mais desnutrição, ou mais obesidade. “Considerando que hoje a obesidade é um problema que acomete mais de 50% dos adultos, o monitoramento forneceria informações para que o serviço de saúde atendesse e direcionasse melhor o atendimento”, explica Santuzza.

A pesquisadora aponta, porém, que somente crianças até os 5 anos de idade, gestantes e adultos acompanhados por outras questões de saúde são monitorados no dia a dia. E ainda há outro agravante: a ausência de alimentação de dados no sistema da vigilância, o Sisvan. Os dados coletados durante o atendimento não são informados ao governo. “Depende muito do comprometimento das unidades”, declara a pesquisadora. A oficina de monitoramento e avaliação realizada por Santuzza e mais seis pesquisadores faz parte de um processo retorno de resultados da pesquisa estimulado pelo PMA, com foco no aperfeiçoamento dos processos para melhorias no SUS.



NOTAS ESCOLA CORPORATIVA

Aperfeiçoamento das relações internacionais

Em agosto deste ano, a Fiocruz lançou o Programa de Desenvolvimento de Pessoas do Sistema de Relações Internacionais (ProdeRI). A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Escola Corporativa Fiocruz e o Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris) e visa qualificar a atuação da Fiocruz nas áreas de Diplomacia da Saúde e Ciência e Tecnologia em Saúde, garantindo o reconhecimento da Fundação como institui-

ção de referência nestas áreas.

O ProdeRI é constituído de diversas estratégias educacionais, presenciais e *on-line*, e sua construção se deu a partir de demandas apresentadas pela área de Cooperação Internacional. O programa, que teve a primeira turma composta por profissionais que atuam no Sistema de Relações Internacionais da Fiocruz, teve como base o mapeamento das competências necessárias para o desenvolvimento do grupo.

(Rômulo Lima - Estagiário em Comunicação da Cogepe)

Desenvolvimento gerencial

Também no segundo semestre, a Escola Corporativa Fiocruz iniciou o ciclo 2018-2020 do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), com ações direcionadas aos gestores que cursaram as atividades do ciclo anterior (2014-2017). Em uma nova etapa, novos gestores poderão participar do treinamento. O programa

está estruturado em cinco pilares: liderança e resultados; desenvolvimento de equipes; educação corporativa; pdg.com; e pós-graduação.

O PDG tem como elemento fundamental as competências necessárias para o alcance das diretrizes institucionais. Seu objetivo é criar um ambiente de valorização da gestão e dos gestores por meio de estratégias de aprendizagem contextualizadas para o desenvolvimento de lideranças.

Atividades celebram os 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Exposição, seminário e conteúdo multimídia produzidos pelo Icict deram o tom da comemoração

► Por André Bezerra

Após quase um ano de debates, diálogos e ações voltadas à reflexão sobre os direitos humanos, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) inaugurou, no dia 28/11, uma exposição alusiva aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na abertura do evento, foi realizado um seminário com a participação do conferencista Paulo Vannuchi, ex-ministro dos Direitos Humanos e diretor da rede TVT - veículo educativo transmitido a partir de São Paulo pela TV Digital. Vannuchi debateu o tema com a coordenadora do Intervenções e integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Iara Moura; e com a chefe do Departamento Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (DIHS/Ensp), a pesquisadora Maria Helena Barros.

Proposta pela Organização das Nações Unidas em 10 dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos inclui artigos que traduzem ideais e valores em defesa da vida humana, destacando a liberdade, a autonomia, a justiça e a dignidade de todas as pessoas, sendo adotada por todos os países membros.

Exposição

As equipes do Multimeios, VideoSaúde e assessoria de comunicação do Icict inauguraram uma mostra, em cartaz até meados de dezembro, em cartaz até meados de dezembro, áreas com decorações temáticas no saguão da Biblioteca de Manguinhos e montagens com fotos enviadas por trabalhadores e estudantes de diver-

sas unidades da Fiocruz. Além da exposição, parte do conteúdo multimídia foi exibida na WebTV Fiocruz e no *site* do Instituto. (Acesse www.icict.fiocruz.br para conferir).

A seção de vídeos trouxe depoimentos de cientistas, comunicadores e autoridades internacionais, como o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, e a Alta Comissária de Direitos Humanos da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-presidente do Chile, Michele Bachelet, que veio à Fiocruz durante o 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.

Direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.



Escola também é lugar de agricultura urbana

Por Emerson Rocha ◀



Parceria entre colégio e Fiocruz transforma práticas de alimentação de estudantes

Uma das definições de educação é a “aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano”. Baseada nessa visão, a direção do Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht, na Taquara, Zona Oeste do Rio de Janeiro, decidiu abrir espaço para novas experiências pedagógicas. Desde 2012, a unidade pública passa por um processo de transformação, que está em andamento e tem tido grande aceitação dos alunos.

O primeiro passo foi firmar uma parceria com o Programa de Desenvolvimento do *Campus* Fiocruz Mata Atlântica (PDCF-MA). Por meio Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do edital Apoio à Melhoria do Ensino nas Escolas Públicas, a parceria foi iniciada com a criação de um espaço para horta orgânica, em uma área subaproveitada da escola. No local, atualmente, há uma plantação agroecológica com diversos tipos de temperos, vegetais, verduras e frutas.

Os alunos foram apresentados a outras práticas de educação ambiental, o que gerou a instalação de sistemas de coleta de água de chuva para irrigar a horta e de captação de energia solar para aquecimento de água dos vestiários feminino e masculino. “Cada equipamento desses foi projetado pelos próprios alunos. Eles participaram de todo o processo, desde as oficinas até a produção e manutenção dessas tecnologias, que são de baixo custo”, explicou o diretor adjunto da escola e biólogo, Marco Aurélio Berao Silva.

“Essas tecnologias estão disponíveis e podem ser usadas e reproduzidas. A ideia era que escola fosse um modelo para que os estudantes replicassem os projetos nas casas deles”, conta o diretor. Outra mudança importante ocorrida durante o processo de desenvolvimento das tecnologias sociais foi a alimentação dos estudantes.

Cozinha e compostagem

A partir dessa parceria com a Fiocruz, a direção se mobilizou para inaugurar uma cozinha e um refeitório, já que os alimentos distribuídos aos alunos eram industrializados. Agora, as refeições são feitas no local, com produtos mais saudáveis. A escola fechou uma parceria com a Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande para fornecimento de alimentos agroecológicos, via Programa Nacional de Alimentação Escolar. A horta interna contribui, principalmente, com condimentos e temperos.

Com a cozinha, os estudantes puderam aprender sobre os diferentes tipos de composteiras para receber o lixo gerado. Os resíduos orgânicos são destinados à composteira e garantem adubo de excelente qualidade para os vasos e canteiros da horta. Além disso, a comunidade escolar já incorporou o hábito de separar materiais recicláveis e óleo de cozinha saturado para doação a instituições parceiras. Nos últimos três meses, a escola destinou em torno de 100 Kg de resíduo orgânico da cozinha para a compostagem.

Para o estudante Marcos Aurélio Santos de Almeida, do 2º ano do Ensino Médio, a oficina de horta orgânica está sendo satisfatória para a própria alimentação. “Nunca tive contato com horta. Aprendi muito. Consigo até levar alguns alimentos plantados aqui para casa. Minha família gosta bastante, até por não ter agrotóxico. A gente aprendeu a perceber essa diferença”, disse o estudante de 16 anos.

A oficina de agricultura urbana do Brigadeiro Schorcht tem cerca de 20 alunos. O coordenador do projeto pela Fiocruz, Robson Patrocínio, explica que o trabalho é resultado do compartilhamento de saberes. “O essencial para dar certo é uma construção coletiva. Desenvolver, junto com a comunidade escolar, as ações feitas por eles. Não foi nada definido pela Fiocruz. Além, é claro, do envolvimento da direção e dos professores que abraçaram a ideia, e dos alunos, que tiveram voz para poder discutir as propostas.”, finalizou.

Pluralidade e diversidade em saúde

► Por Kath Lousada

Programa Inova Fiocruz mobiliza pesquisadores e recebe 736 propostas em quatro editais

Desafio lançado, expectativas ultrapassadas. O Programa Fiocruz de Fomento à Inovação (Inova Fiocruz), uma iniciativa de incentivo à pesquisa promovida pela Presidência e voltada à comunidade interna, tem alcançado recordes de participação. Desde o lançamento, em junho, foram submetidas 736 propostas aos quatro editais - *Ideias Inovadoras*, *Geração de Conhecimento*, *Novos Talentos* e *Produtos Inovadores*. As chamadas contemplam diferentes perfis e possibilitam a participação de profissionais com formação e nível de experiência diversos, em diferentes áreas e linhas de pesquisa.

Coordenado em parceria pelas Vice-Presidências de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS) e de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPP-CB), o Programa Inova foi lançado pela presidente Nísia Trindade de Lima durante o programa *on-line* Sexta de Conversa. A soma de recursos das chamadas é de R\$ 35 milhões, financiados pelo Fundo de Inovação da Fiocruz e do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE). “Temos toda a cadeia de inovação na instituição, desde a geração do conhecimento até unidades de tecnologia, e queremos valorizar essa grande e positiva diversidade”, afirma Nísia.

“Vamos olhar nosso acervo de experiências anteriores, numa visão mais integrada da instituição, e seguir as diretrizes do nosso congresso interno”, complementa. O vice-presidente de Produção e Inovação, Marco Krieger, ressalta a importância da iniciativa. “É um projeto estratégico que surgiu com a finalidade de fortalecer o fomento às atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação em saúde que contribuem para melhorar as condições de saúde da população brasileira, ao

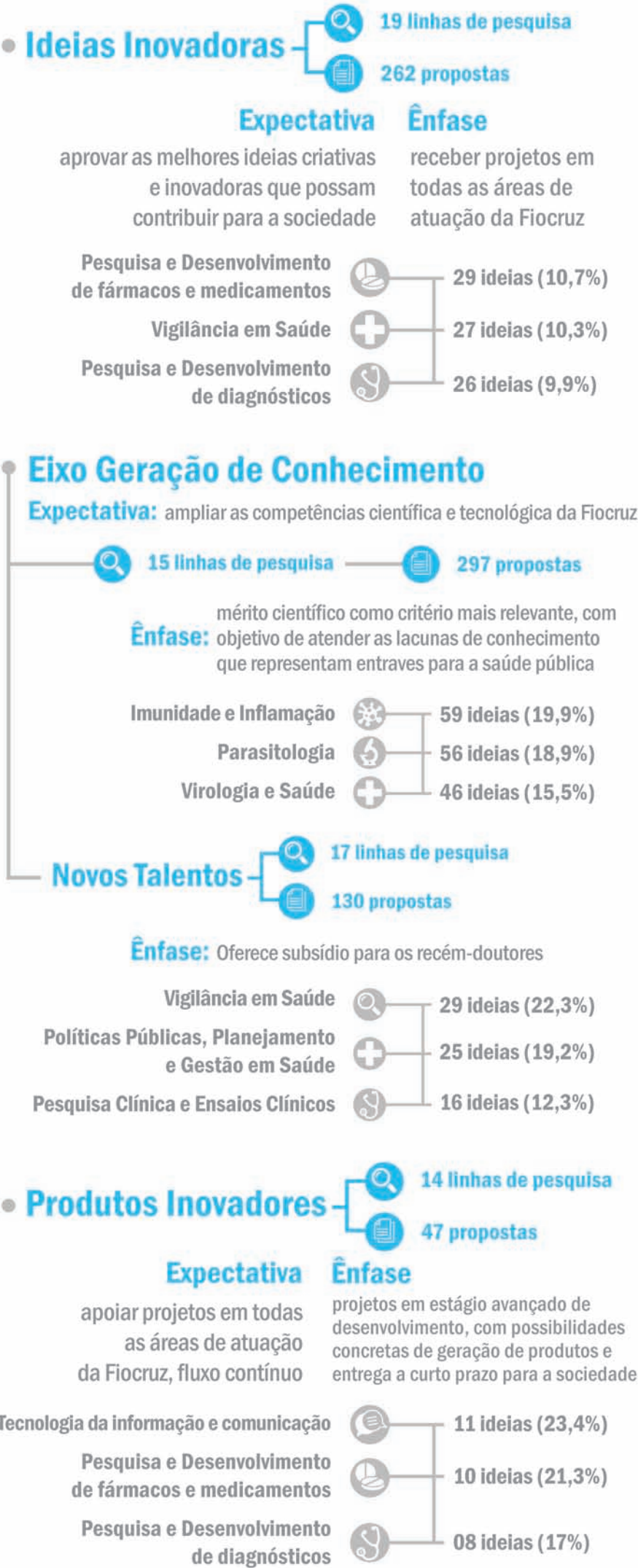
mesmo tempo em que promove o desenvolvimento nacional sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do sistema de saúde”, define.

Política de Inovação

Para o vice-presidente de Pesquisa, Rodrigo Correa, o Programa Inova é um marco institucional importante para o desenvolvimento científico e tecnológico. “A Fiocruz tem uma dinâmica de desenvolvimento muito grande. As propostas avaliadas mostraram que a Fundação é muito rica em produtos já desenvolvidos, em ideias novas, em ideias que vale a pena investir”, afirma Rodrigo.

A realização dos quatro editais responde à Política de Inovação da Fiocruz, aprovada por unanimidade no Conselho Deliberativo em setembro. A Política orienta as ações institucionais de incentivo e gestão da inovação, de forma a promover a geração de conhecimento, de produtos e de serviços e a ampliação do acesso à saúde para a sociedade. “A política considera que novos modelos de fomento, indução, articulação e cooperação são oportunidades para o incremento da inovação nas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, gestão, produção, assistência e educação”, explica Sandra Soares, assessora da VPPIS.

A etapa seguinte à divulgação dos resultados será o acompanhamento e avaliação dos projetos que permitirão analisar em que medida as ações desenvolvidas estão sendo efetivas. As etapas serão colaborativas e multidisciplinares para aprimoramento, corrigir rumos, mensurar e comunicar resultados dos projetos em execução. A expectativa é ter produtos nos próximos dois anos.



Campanha trânsito Legal sensibiliza motoristas da Fundação



**O CAPACETE SALVA VIDAS
USE-O CORRETAMENTE**



**RESPEITE A VELOCIDADE DO CAMPUS.
FOCA NO TRÂNSITO.
RESPEITE, COLABORE E INCENTIVE.**



**ESTACIONE SEMPRE DE RÉ
COLABORE COM A SEGURANÇA.**



**POR UM TRÂNSITO
COM + GENTILEZA E - ACIDENTES.
SEU COMPORTAMENTO FAZ A DIFERENÇA.**



Transporte de pessoas com deficiência e pacientes

Horários dos ônibus Fiocruz

Os horários dos ônibus Fiocruz com itinerário circular (Ensp x Expansão x Ensp), Bonsucesso e Triagem estão disponíveis na Intranet Fiocruz no item Serviços > Transporte > Transporte Fiocruz. Mantenha-se informado e fique nos pontos de ônibus cinco minutos antes para não perder o transporte.

Os veículos elétricos de transporte coletivo no *Campus Manguinhos* são voltados, exclusivamente, para transporte de pacientes e pessoas com deficiência. A Cogic também disponibiliza um serviço especial de transporte de cadeirantes e/ou pessoas com dificuldade de locomoção, que funciona de segunda a sexta, das 8h às 17h, em Manguinhos. O veículo elétrico diferenciado com espaço para cadeira de rodas pode ser solicitado pelos profissionais de atendimento (recepcionistas, porteiros e vigilantes) ou pelo telefone 2209-2120. O veículo tem capacidade para três pessoas, sendo o condutor, o cadeirante e um acompanhante.

Atendimento ao público LGBT

O Comitê Pró Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz promoveu a 1ª turma de treinamento com profissionais de atendimento com o intuito de sensibilizar os profissionais para que prestem um atendimento mais eficaz ao público LGBT que frequenta os *campi* Fiocruz. A intenção é disseminar informações sobre os gêneros, como devem ser mencionados, respeito e o atendimento igualitário. Nesse primeiro encontro, dez profissionais participaram da atividade, que será estendida aos demais trabalhadores. O curso ocorreu em 21 de novembro, na Cogic.

Casa Abrigo promove cidadania e dignidade

Projeto da Fiocruz
Mata Atlântica contribui
com a construção de
moradias seguras

A pensionista Nadir de Oliveira Santos, de 67 anos, viveu um drama quando teve a casa condenada pela Defesa Civil, em 2013. Ela morava em um espaço de aproximadamente dez metros quadrados, na comunidade Caminho da Cachoeira, na Colônia Juliano Moreira, Taquara, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O imóvel, bastante precário, foi muito danificado pelas fortes chuvas de verão.

Viúva e mãe de seis filhos, Nadir recebeu a visita da equipe social do Programa de Desenvolvimento do *Campus* Fiocruz Mata Atlântica (PDCFMA), que a convidou para participar do Casa Abrigo. O projeto foi desenvolvido por equipes interdisciplinares do Programa com base no projeto de Regularização Urbanística e Fundiária das comunidades do entorno do *campus*, que tem o objetivo de garantir o direito à moradia e à terra, visando à saúde das famílias e à sustentabilidade do território.

O Casa Abrigo envolve assessoria técnica em um projeto arquitetônico modelo, com orientação e acompanhamento sobre técnicas de construção civil e mobilização social. Parte dos materiais é doado por empresas, como ação de responsabilidade social, e o autoempreendimento da construção das moradias feito pelas próprias famílias, em mutirão ou não. O principal desafio foi o de criar alternativas emergenciais para estas famílias saírem da situação de risco iminente à vida.

“Minha casa estava em risco, poderia desabar a qualquer momento. Me falaram que teria que sair de lá. Não queria morar com meus filhos. Foi aí que apareceu a Fiocruz na minha vida. Foi maravilhoso, uma benção. Hoje tenho quarto, sala, cozinha, banheiro e quintal, onde faço minha horta. Vou fazer ainda uma varanda. Está uma beleza. Tenho condições de receber meus filhos e netos”, disse.



Nadir de oliveira em sua casa nova.
(Foto: Emerson Rocha)

► Por Emerson Rocha

O projeto

Atualmente, 13 famílias da Colônia Juliano Moreira participam do Casa Abrigo. Todas elas tiveram suas moradias interditadas pela Defesa Civil no período de 2013 a 2015. Uma foi a da dona de casa, Helena Joana de Queiroz, de 62 anos. Ela também estava com a residência muito prejudicada e as rachaduras começaram a aumentar. “Fui orientada a conversar com o pessoal da Fiocruz, que me indicou ligar para a Defesa Civil. Depois de tudo isso, entrei no projeto e ganhei outro terreno, mas na comunidade Viana do Castelo, o que foi muito melhor para minha família. Meu marido teve um acidente vascular cerebral e está com dificuldades de locomoção. Como o local onde será a casa nova fica mais perto da estrada, a gente anda bem menos para ir ao médico”, conta Helena Joana, que tem a previsão de mudança para o início de 2019.

O mesmo aconteceu com a dona de casa Rosana Queiroz, de 54 anos. “Onde moro atualmente é bem antigo e só vem piorando a cada dia, além de ser muito perto do rio. Tem grandes riscos. Estou com muita expectativa pela mudança, pois a casa nova será muito melhor. Já fui lá e fiz minha parte. O terreno estava desnivelado e com matagal. Tive que capinar tudo e conseguir aterro para colocar certinho. Vou morar sozinha e com uma estrutura maior. Estou ansiosa, pois terei a oportunidade de ter um espaço para plantar, o que adoro fazer. Não vejo a hora de iniciar e terminar a obra”, afirma.

Apoio técnico

Um dos responsáveis pelo projeto é o arquiteto e urbanista Marcos Fonseca. Para ele, a ideia é que haja cooperação das partes envolvidas nas obras, com o protagonismo sendo da população. “O nosso objetivo é promover a superação de situações de risco e melhoria nas condições do *habitat* e na qualidade de vida, por meio de assessoria técnica interdisciplinar e do estímulo a ações comunitárias e de responsabilidade social de empresas da área de construção civil. A assistência feita junto a cada família conta com o atendimento por profissionais do *campus*, respeitando as escolhas e o tempo de cada uma para a realização das obras”, explica.



Cogic orienta consumo consciente de energia e água

► Por Talita Barroco

Eficiência energética. O termo, complicado à primeira vista, se traduz em ações simples e cotidianas que têm como objetivo reduzir o desperdício, economizar recursos e proteger o meio ambiente. A partir de pequenas mudanças de comportamento, é possível ampliar a economia financeira, além

de garantir uma maior consciência ambiental.

Em relação à energia, é importante lembrar que horários de “ponta” (de maior consumo), como o das 17h30 às 20h30, têm custos mais altos. Com isso, é essencial reduzir ao mínimo o consumo neste período, programando o uso de equipamentos para

outros horários, e reduzir a permanência na instituição durante estes períodos.

Como uma das ações no uso racional da água, desde 2017, a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos *Campi* (Cogic) faz irrigação dos jardins do *Campus* Mangueiros com captação de água da chuva. Essa ação acontece devido

à parceria entre a unidade com o Instituto Nacional Controle Qualidade em Saúde (INCQS), que disponibilizou para o projeto uma cisterna da unidade que estava sem uso. O uso racional de água reduz o desperdício e gera economia de, no mínimo 15%. E conscientiza os profissionais sobre o cuidado com o meio ambiente.

Confira algumas dicas sustentáveis:

Energia



Apagar as lâmpadas dos ambientes desocupados



Quando possível, utilizar a iluminação natural



Manter portas e janelas fechadas quando o ar condicionado estiver funcionando



Sempre que der uma pausa no trabalho, desligue o monitor. Ele é responsável por 70% do consumo de energia do computador



Nas pausas mais prolongadas, desligue totalmente o computador, inclusive o estabilizador (se tiver)



Desligar o ar-condicionado 30 minutos antes de ir embora e na hora do almoço



Os aparelhos em *stand by* continuam a consumir energia. Desligue-os da tomada quando não for usá-los por um período maior



Não deixe torneiras abertas ou pingando. Um gotejamento simples pode gastar cerca de 45 litros de água por dia



Ao visualizar vazamentos em torneiras, sanitários, caixas d'água e outros, entre em contato com a área de infraestrutura da sua unidade ou com a Cogic

Água



Anvisa aprova novas linhas de Farmanguinhos

Área de 2.300 m² da fábrica foi readequada para produzir medicamentos estratégicos

► Por Alexandre Matos

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) recebeu aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para novas linhas de fabricação. Serão produzidos medicamentos considerados estratégicos para o país, tais como o Pramipexol, usado no tratamento da Doença de Parkinson, e os antirretrovirais atazanavir e dupliver (lamivudina+tenofovir), utilizados no coquetel antiaids. No início deste ano, a Agência já havia liberado a linha produtiva destinada a imunossuppressores.

Com vistas à produção de novos medicamentos, frutos de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP),

foram feitas obras de readequação da planta fabril, já concluídas. A iniciativa garante o abastecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e gera economia aos cofres públicos, possibilitando a ampliação do acesso aos tratamentos. O próximo passo será a produção de lotes-piloto para inclusão de Farmanguinhos como local de fabricação, previsto para o ano que vem. Após esse procedimento, a instituição poderá executar todas as etapas de produção na planta industrial do Complexo Tecnológico de Medicamentos (CTM).

Foi revitalizada uma área de 2.300 m² da fábrica, que compreendeu ainda a linha de produção de imunossuppressores (tacrolimo e everolimo), classe terapêutica destinada a transplantados renais. O inves-

timento foi de quase R\$ 24 milhões. Além de contar com profissionais altamente qualificados, foram adquiridos equipamentos de última geração. De acordo com a vice-diretora de Operações e Produção (VDOP), Elda Falqueto, a expectativa é de que outros produtos de diferentes classes terapêuticas passem a fazer parte do portfólio institucional.

“Estamos com parque fabril robusto e temos que otimizá-lo. Por isso, realizamos um estudo interno sobre os medicamentos que poderão ser fabricados nas novas instalações. Na prática, poderemos encurtar o prazo de absorção de tecnologia de medicamentos provenientes de PDP, como, por exemplo, o sofosbuvir (antiviral) e o everolimo (imunossupressor)”, ressalta Elda Falqueto.

Comunicação Interna da Fiocruz Jornal Linha Direta Nº 34

Outubro, Novembro E Dezembro 2018

Coordenação
Elisa Andries

Edição
Claudia Lima e Erika Farias

Redação e Reportagem
Alex Bicca, Alexandre Matos,
André Bezerra,
Cristiane Albuquerque,
Emerson Rocha, Erika Farias,
Gabriella Ponte, Glauber Tiburtino,
Kath Lousada, Luiz Cesar Pistone,
Rômulo Lima e Talita Barroco.

Revisão
Claudia Lima, Erika Farias
e Leonardo Azevedo

Projeto gráfico
Rodrigo Carvalho

Fotografia
Bruno Veiga,
Emerson Rocha,
Gabriella Ponte,
Juliana Albuquerque
e Peter Illiciev

Impressão
Editora Gráfica e Editora Ltda

Contato
comunicacaoexterna@fiocruz.br

Fiocruz entrega primeiros lotes de plantas medicinais em Petrópolis

► Por Luiz Pistone

O Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde entregou em setembro os dois primeiros lotes de plantas medicinais para a Secretaria de Saúde de Petrópolis (RJ). As ervas já estão sendo prescritas por profissionais de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) dos bairros de Bataillard, e Caxambu e nas academias de saúde do município. Maior cidade da região serrana do Rio, Petrópolis tem aproximadamente 298 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A entrega é resultado do Arranjo Produtivo Local (APL) de plantas medicinais, projeto da Fiocruz, em parceria com a Prefeitura de Petrópolis. A iniciativa visa fortalecer e disseminar as práticas de uso das plantas medicinais para promoção da saúde e do bem-estar da população. “São produtos embalados, etiquetados e com a

garantia de procedência, o que nos permite trabalhar com segurança e em escala com os pacientes das unidades de saúde”, afirma a secretária de Saúde de Petrópolis, Fabíola Heck.

Os dois primeiros lotes contêm 100 embalagens cada um, de capim-limão e alumã. O capim-limão, também conhecido como erva-cidreira, tem propriedades que melhoram o sistema imunológico e auxiliam na regularização do sono. A alumã é uma grande aliada na melhora do sistema digestivo e no controle do colesterol, tendo ação analgésica comprovada. “Ter essas ervas disponíveis é uma oportunidade ímpar, pois quem conhece as plantas medicinais sabe o poder que elas têm”, ressalta a farmacêutica Roseane Borsato, do Núcleo de Assistência da Secretaria de Saúde de Petrópolis.

Para o biólogo Sérgio Monteiro, a distribuição da matéria-prima ve-

getal às unidades do SUS em Petrópolis estimulará novas iniciativas e fortalecerá a inclusão das plantas medicinais no campo da saúde pública. “Cada pacote entregue leva todo trabalho em rede realizado ao longo destes anos, do qual participam pesquisadores, agricultores e profissionais de saúde”, ressaltou Monteiro, que é coordenador, pela Fiocruz, do APL de plantas medicinais.

Além de permitir que as plantas medicinais estejam disponíveis gratuitamente à população com segurança, por meio do SUS, a disponibilização das plantas na rede pública de Saúde também representa o incentivo à produção local. “A proposta valoriza nosso território e nossa biodiversidade, uma vez que as áreas produtivas destas plantas medicinais se tornaram naturais, com a implantação de sistemas agroecológicos de cultivos orgânicos”, ressalta Monteiro.

Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde

Editora Fiocruz
lança segundo
e-book interativo

► Por Erika Farias

Aliando praticidade a novos formatos literários, a Editora Fiocruz lançou seu segundo e-book interativo: *Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde*. O livro de autoria de Rita Barradas Barata, que teve sua primeira edição impressa em 2009, apresenta breves considerações teóricas sobre a temática das desigualdades sociais em saúde, apontando correntes e tendências existentes na pesquisa epidemiológica sobre o assunto.

A nova versão interativa, com edição de conteúdo de Maria Fernanda Marques Fernandes, Phelipe Gasiglia e Vanessa Freitas, diferentemente da mera transformação de impresso para digital, aproveita as possibilidades do meio virtual e se utiliza de vídeos, áudios, galerias de fotos, infográficos e outros recursos que ora complementam, ora

substituem partes do texto original, criando um novo formato de interação com o livro.

“O objetivo foi criar um produto realmente diferenciado e atraente, para que mais pessoas pudessem se sentir interessadas pela leitura”, explica o diretor-executivo da Editora Fiocruz, João Canossa. “Acrescentamos às mídias selecionadas, por exemplo, uma entrevista em vídeo com a autora, feita pela equipe da Editora em parceria com a VideoSaúde exclusivamente para o e-book interativo, material que serviu de fio condutor e abertura de cada capítulo”, conta.

Edição de conteúdo

João Canossa explica que a partir da metodologia construída pela experiência com o primeiro e-book interativo da Editora, *O Que é o SUS*, de Jairnilson

Paim, foi realizada uma leitura detalhada do livro para dividi-lo em subtemas e identificar trechos que poderiam ser mexidos. “Trabalhamos com um repertório de mídias que nossos parceiros – outras instâncias de informação e comunicação da Fiocruz – sugeriram e outras que selecionamos a partir dos subtemas elencados. Em seguida, esse repertório passou por um segundo crivo relacionado à estética e à adequação”, detalha.

Sobre o livro

A edição trata da questão das classes sociais, de como a posição social de cada indivíduo repercute sobre sua saúde, e da influência da renda, ou seja, as relações entre riqueza e estado de saúde. Insere também a discussão sobre etnia e discriminação como categorias importantes da análise do estudo em questão.

O livro destaca ainda as relações de gênero e a produção da saúde e da doença, tecendo comentários sobre as políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais, para então expor suas considerações e conclusões em torno do tema.

Acessibilidade

Acesso e acessibilidade são grandes preocupações da Editora Fiocruz. Por isso, são oferecidos acesso aberto na internet, elementos sonoros (áudios) e formatos (PDFs) que facilitam a apreensão dos conteúdos. “Entendemos que, não só pela linguagem acessível, ao recheiar os livros com infográficos e imagens e glossários, por exemplo, também contribuímos para a acessibilidade daqueles que têm talvez não uma limitação física, mas dificuldades cognitivas”, explica Canossa.

Os e-books publicados pela Editora Fiocruz estão em acesso aberto no SciELO Livros (<https://goo.gl/Xohky2>). Além da versão interativa de *Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde*, também é possível encontrar o livro *O Que é o SUS*, de Jairnilson Silva Paim (<http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>), primeiro e-book interativo lançado pela Editora.

Trabalhadores e estudantes da Fundação têm descontos de 20% na Editora Fiocruz. As publicações podem ser compradas na Editora (salas 108-112 do prédio da Expansão; telefone 21-3882-9007) ou na Livraria (das 9h às 16h30h, telefone 21-2598-4231), no térreo do prédio-sede da Asfoc, no Campus Manguinhos. Para comprar pela internet, acesse a Livraria Virtual da Editora Fiocruz: <http://www.livrariaeditorafiocruz.com.br>

